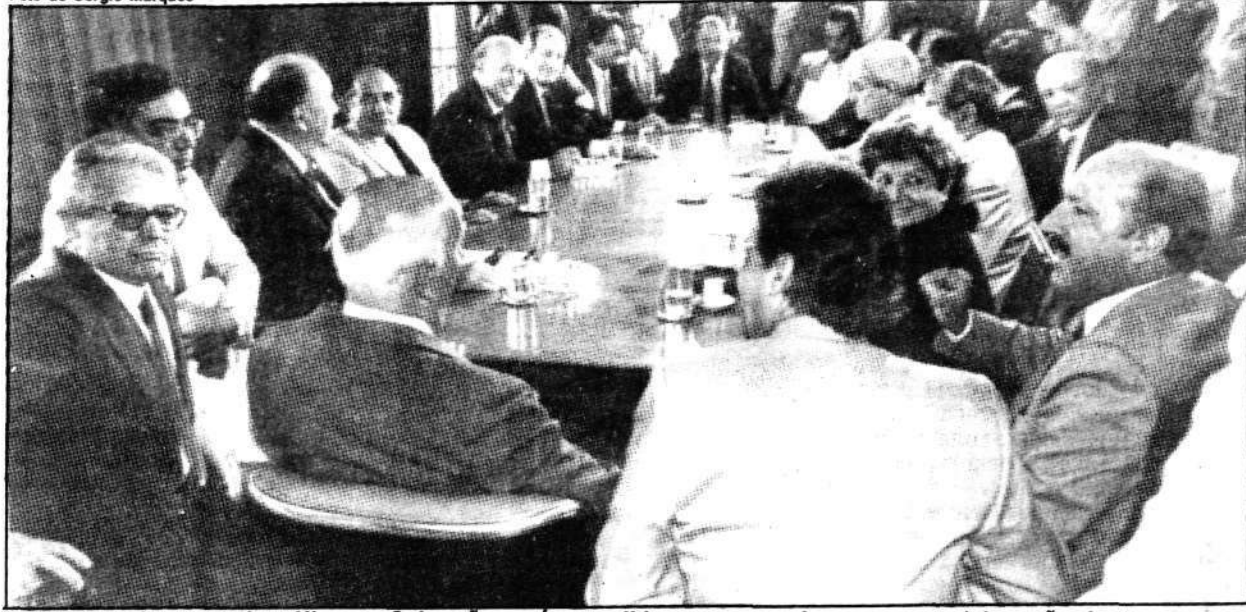


Acordo entre cinco partidos aprova o Regimento

Foto de Sérgio Marques



Num dia muito exaustivo, Ulysses Guimarães reúne as lideranças e pede pressa na elaboração do acordo final

BRASÍLIA — Um acordo selado ontem entre PMDB, PFL, PDS, PCB e PTB, estabelecendo no Regimento Interno que a Constituição atual somente poderá ser alterada para "sobrestar" medidas que prejudiquem o funcionamento da Constituinte, isolou quatro pequenos partidos considerados de esquerda — PT, PDT, PSB e PC do B —, defensores intransigentes da plena soberania da Assembléia.

Numericamente inferiores, esses partidos de esquerda poderão apenas atrasar a votação do Regimento Interno, solicitando votação nominal para destaques que consideram "fundamentais".

O grupo pró-soberania do PMDB, que até recentemente tentou fazer com que prevalecesse um dispositivo considerado como garantia de soberania, conforme o texto do substitutivo do relator Fernando Henrique Cardoso, também terminou por aceitar o texto da emenda do Deputado Maurício Ferreira Lima (PMDB-PE) — em torno do qual foi feito o acordo —, abandonando os quatro partidos menores.

— Soberania, nem tanto, mas que há, há — disse o Deputado Antônio Britto (PMDB-RS), um dos mais destacados parlamentares a favor da soberania, justificando o recuo.

No final da tarde de ontem, o Presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, reuniu todas as lideranças partidárias na tentativa de fazer um acordo geral, tendo como base a emenda Ferreira Lima, pela qual a Constituição em vigor somente poderá ser alterada para "sobrestar" medidas que prejudiquem o funcionamento da Assembléia.

Os líderes dos quatro partidos de esquerda foram à reunião com posição firmada previamente: abriam mão de outros itens, acatando até mesmo o funcionamento periódico do Senado e da Câmara, mas não transigiriam na questão da soberania.

— A emenda Ferreira Lima é insuficiente e inócua — ponderou o Líder do Partido Comunista do Brasil (PC

do B), Deputado Haroldo Lima, ao deixar a reunião.

O raciocínio de Haroldo Lima e dos demais líderes dos pequenos partidos de esquerda é de que, caso o Governo venha, por exemplo, a decretar medidas de emergência, como permite a atual Constituição, o fato por si só representará um golpe de força. Nesse caso, segundo eles, a Constituinte já não poderia agir para "sobrestar" tais medidas de força.

Se os quatro já haviam abandonado a defesa de outros pontos polêmicos, centrando suas atenções em torno da soberania, o mesmo não aconteceu com os partidos considerados "moderados" e "de direita". O funcionamento simultâneo do Congresso Nacional com a Constituinte ainda era, na manhã de ontem, motivo de preocupação para Ulysses Guimarães.

Finalmente, no início da tarde, os líderes do PMDB, Luís Henrique; do PFL, José Lourenço; e do PDS, Amaral Netto, acertaram um acordo para que a Câmara e o Senado funcionem ordinarariamente às segundas-feiras — dia em que não haverá sessão da

Constituinte — e extraordinariamente, quando houver matéria de relevância a ser examinada, por convocação de cada Mesa Diretora.

O Presidente da Assembléia, Ulysses Guimarães, trabalhou para apressar o acordo — que exclui o funcionamento das comissões durante o fim de semana — e enviou, através de Luís Henrique, uma mensagem aos demais líderes, propondo essa fórmula e avisando que abriria a sessão ordinária da Câmara ontem às 14 horas. Na noite de domingo, Ulysses Guimarães conversou sobre o assunto com o Presidente do Senado, Humberto Lucena — que já havia convocado uma sessão para esta segunda-feira.

Ontem, o Presidente da Constituinte já estava de pé antes das sete horas da manhã e recebeu em sua casa, isoladamente, o líder Luís Henrique e o Secretário-Geral da Mesa da Câmara, Paulo Afonso de Oliveira.

Ulysses temia que a falta de um acordo retardasse por mais uma semana a votação do Regimento, pois há expectativa de muitos Deputados

deixarem Brasília nos próximos dias, para a posse dos Governadores, no dia 15, ou nem venham de seus Estados sem a certeza de uma votação.

Para Ulysses, há projetos importantes que justificariam convocações extraordinárias da Câmara, como o pacote da Previdência, a alteração da Lei Fleury e o projeto da área de informática que regula o uso do "software". Além desses, o Governo deverá enviar ao Congresso projetos importantes, como a nova regulamentação dos aluguéis.

Pelo acordo das lideranças, ficou definido também que não haverá nenhum plebiscito no decorrer dos trabalhos da Constituinte. Caberá à Assembléia decidir se haverá um "referendum" global ou parcial da nova Carta, após sua aprovação.

A possibilidade de apresentação de propostas por iniciativa popular mediante 30 mil assinaturas permanecerá no Regimento, mas como ela deve ser formulada nos primeiros 30 dias de discursão do projeto, está sendo considerada inviável por seus próprios opositores.

O dispositivo referente aos projetos de decisão ficará com a redação proposta pelo Deputado Maurício Ferreira Lima (PMDB-PE), segundo a qual a Constituinte está habilitada a sobrestar qualquer ato que ameace a sua soberania.

Apesar de concordar com os termos do acordo, o Líder do PDS, Deputado Amaral Netto defendeu junto aos líderes da Assembléia o aumento dos subsídios dos constituintes.

O Deputado Ulysses Guimarães ainda teve que enfrentar um outro problema antes de se dirigir à Câmara: evitar que fosse posta em prática ainda ontem a parte do acordo que diz respeito ao funcionamento ordinário da Casa. O primeiro Vice-Presidente, Homero Santos, avisara, pela manhã, que abriria a sessão da Câmara normalmente, como manda a Constituição. Desavisado do acordo, o Deputado estava disposto a cumprir a promessa. Além disso, Ulysses retardou a sua chegada à Câmara para reunir-se com os líderes do PMDB, Luís Henrique, e do PDS, Amaral Netto, para convencer este último da inconveniência de pôr a Câmara em funcionamento antes de uma reunião, à tarde, com as demais lideranças. Como o acordo determina que a Câmara funcionará todas as segundas-feiras, Amaral estava disposto a abrir ontem, às 13 horas, a sessão.

Depois da reunião com Ulysses — que acabou obrigando o Presidente do PMDB a chegar à Câmara após as 13 horas —, Amaral Netto estava satisfeito.

— Se o Presidente da Casa propôs o acordo, aceitando nossa exigência de que a Câmara funcione, não há por que negar.

Todos os projetos de iniciativa parlamentar estão suspensos, até que o texto da nova Constituição seja aprovado. O Projeto de Resolução da Câmara, que definirá este funcionamento para os seus trabalhos, será determinado pela Mesa e aprovado pelo Plenário na próxima segunda-feira enquanto o Senado — que teve sessão ontem à noite — terá uma nova reunião hoje com este objetivo.

Texto final só sairá daqui a 7 meses

BRASÍLIA — A partir de hoje, somando-se todos os prazos máximos previstos para a tramitação das propostas que serão estudadas pela Assembléia Nacional Constituinte, a nova Constituição somente estará pronta em outubro, pois serão gastos sete meses na apreciação das matérias constitucionais.

Com a aprovação do Regimento Interno, uma semana inteira será necessária para que as comissões constitucionais iniciem efetivamente o processo de elaboração do novo texto constitucional. Cada comissão terá um prazo de oito semanas para concluir os seus trabalhos.

Esgotadas essas nove semanas, terá início o trabalho da Comissão de Sistematização, que irá apresentar em 30 dias um ante-projeto de Constituição a ser levado ao Plenário para discussão e recebimento de emendas. Para isso, serão destinados mais 30 dias. Todas as propostas serão encaminhadas à Comissão de Sistematização, que terá um novo prazo de 25 dias para apresentar o seu parecer.

Em seguida, a Comissão de Sistematização gastará mais 10 dias para fazer a redação do projeto de Constituição. Quarenta e oito horas depois, o texto será colocado em votação, com mais 15 dias para a apreciação de novas emendas que forem apresentadas nesse segundo turno e dez dias para a Comissão de Sistematização apreciar essas emendas.

Decorridos esses praticamente sete meses, a redação final da nova Constituição será colocada em votação. Caso ocorram novas emendas, a Comissão de Sistematização terá duas sessões para apresentar o seu parecer. Logo após a aprovação do texto final, a Constituição será promulgada com a assinatura dos Presidentes dos Três Poderes da República e de todos os constituintes que tomaram parte na sua elaboração.